

INSTRUMENTOS TÉCNICO-OPERATIVOS UTILIZADOS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

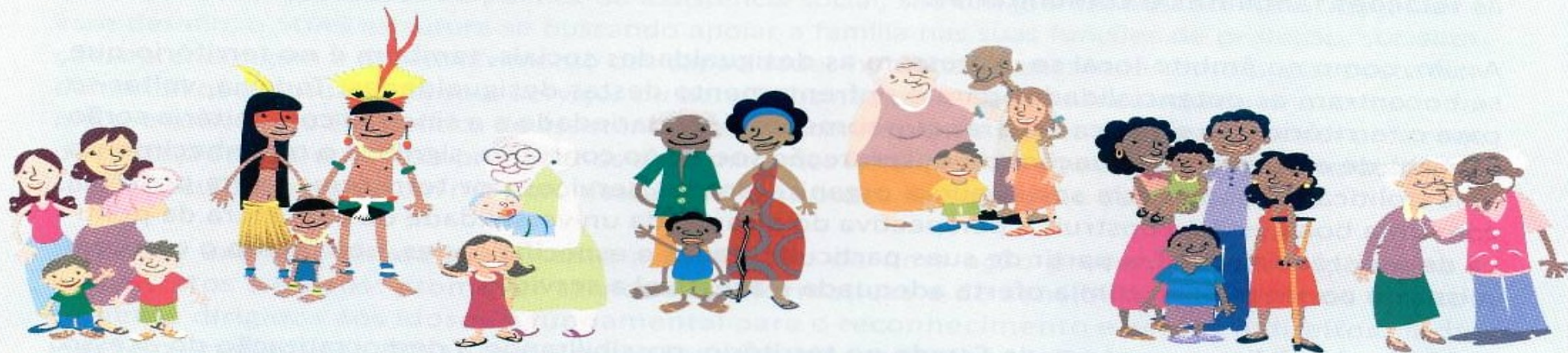


Os Serviços da Proteção Social Básica, Média e Alta Complexidade exigem trabalho social interdisciplinar.

Implica ainda, em maior domínio teórico-metodológico por parte da equipe, postura ético-política e conhecimento técnico-operativo (conhecimento e a comunicação).

Requer , ainda, a construção de vínculos de referência e confiança do usuário com a unidade e profissionais da equipe.

A Escuta Qualificada em relação às situações e sofrimentos vivenciados pelos usuários torna-se fundamental



ACOLHIDA



A acolhida inicial tem como objetivo **identificar as necessidades** apresentadas pelas famílias e indivíduos, avaliar se realmente constitui situação a ser atendida nos Serviços e identificar demandas imediatas de encaminhamentos.

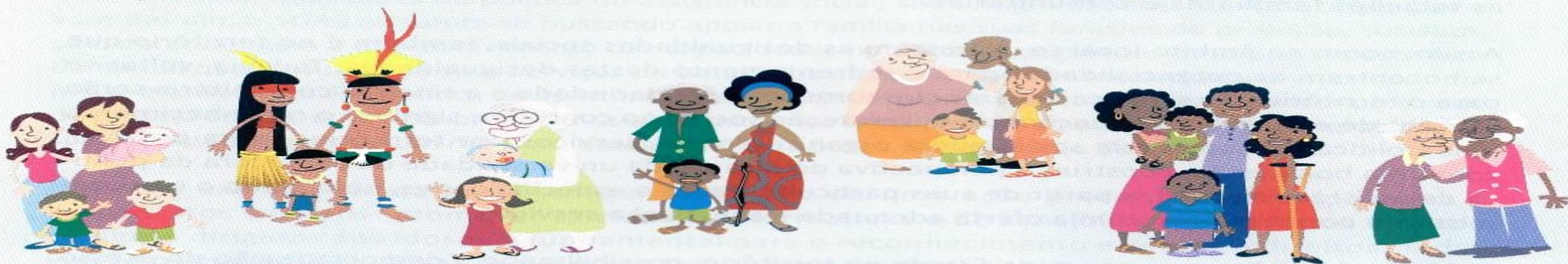
Esse momento irá nortear as primeiras ações do profissional, bem como contribuirá para **o início da construção de vínculo de referência e de confiança**, lançando as bases para a construção conjunta do **Plano de Acompanhamento Familiar**.



Poderá ser realizada por meio de diversas metodologias e se utilizar de diferentes técnicas. Os procedimentos para a acolhida inicial poderão demandar mais de um encontro com a família/indivíduo.

A postura acolhedora, de respeito à dignidade e não discriminação deve permear todo o trabalho social desenvolvido, desde os momentos iniciais até o desligamento das famílias e indivíduos.

Assim, é importante compreender que a acolhida se materializa também por meio da organização de um ambiente receptivo que expresse respeito e atitude ética dos profissionais. Nesse sentido, a equipe precisa estar preparada para acolher os usuários considerando a complexidade de cada situação, suas singularidades e demandas.



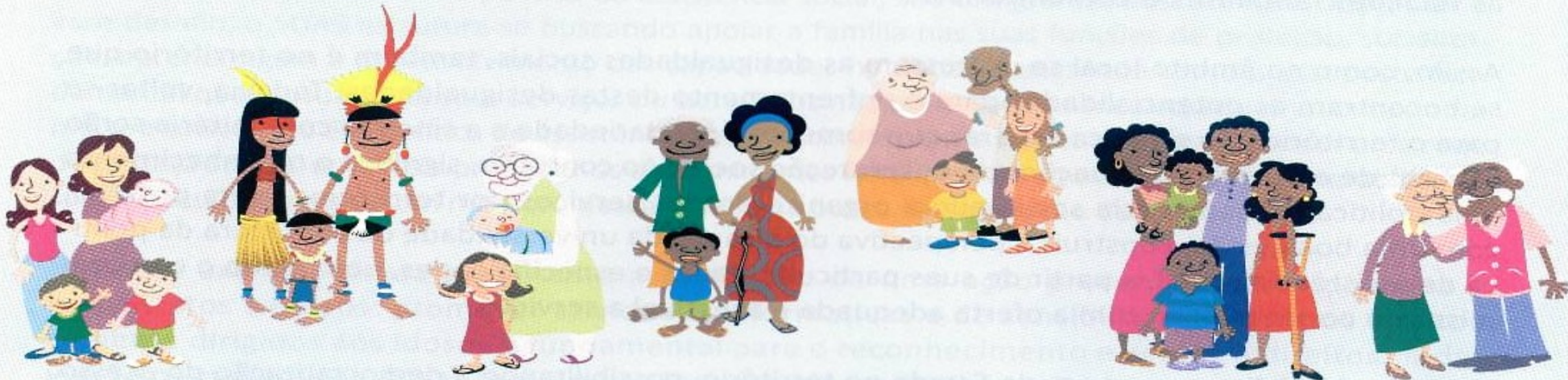
ESCUITA QUALIFICADA



Escutar implica ouvir; contudo, a recíproca não é verdadeira. Quem escuta ouve; mas quem ouve não necessariamente escuta.

Daí o dito popular: “Entrou por um ouvido e saiu pelo outro”.

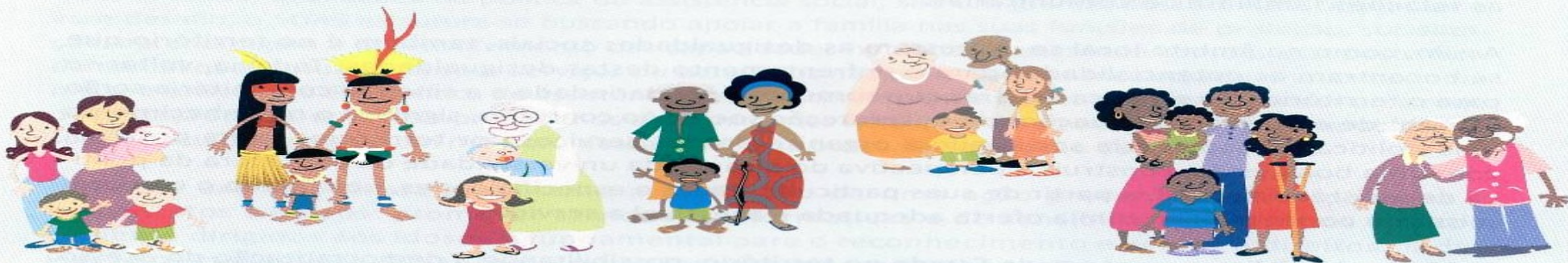
Ouvir é uma capacidade biológica que não exige esforço do nosso cérebro, enquanto escutar decreta trabalho intelectual, pois após ouvir há que se interpretar, avaliar, analisar e ter uma atitude ativa.



Há circunstâncias em que apenas se finge prestar atenção, mas na realidade os nossos pensamentos estão voltados para outros assuntos.

É muito comum conversarmos com algumas pessoas que se desligam das nossas palavras e apresentam um brilho característico no olhar, o que demonstra que o corpo ficou, mas o pensamento está viajando para muito longe dali.

A escuta, então, é o que torna possível a habilidade no uso das técnicas de acolhimento, questionamento, clarificação, reflexão, exploração e aprofundamento, silêncio sensível, apropriação do conhecimento e síntese integrativa entre tantas outras que existem e as que ainda serão criadas.



PLANO DE ACOMPANHAMENTO INDIVIDUAL E/OU FAMILIAR



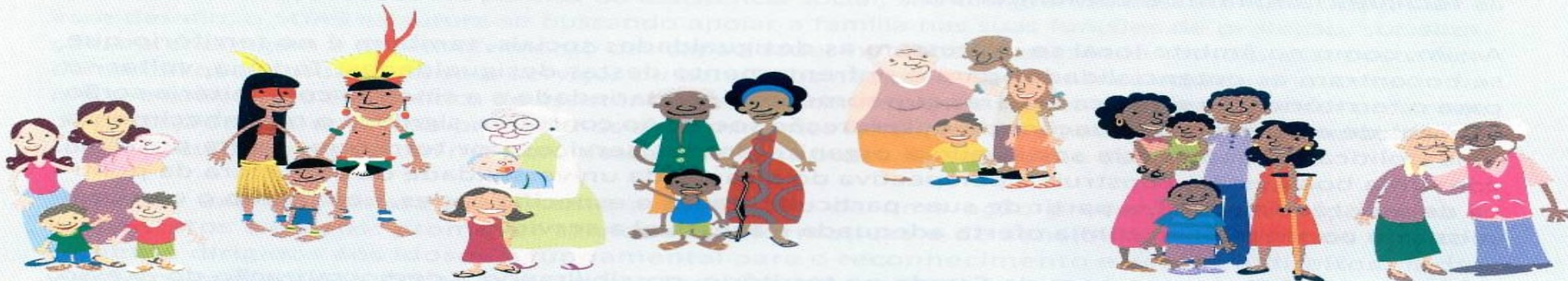


**Conforme a PNAS a família é um núcleo afetivo,
vinculado por laços consangüíneos, de aliança ou de
afinidade e está organizada
em torno das relações geracionais e de gênero.
(p. 90)**

ACOMPANHAMENTO DE FAMÍLIAS

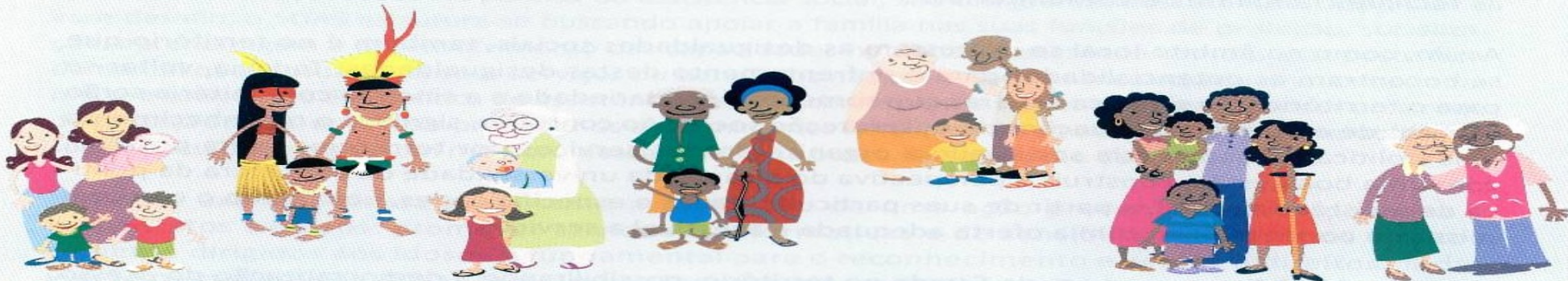
O acompanhamento familiar no âmbito do SUAS é definido como o *“conjunto de intervenções desenvolvidas em serviços continuados, com objetivos estabelecidos, que possibilitam à família acesso a um espaço onde possa refletir sobre sua realidade, construir novos projetos de vida e transformar suas relações – sejam elas familiares ou comunitárias”*.

Trata-se de um processo de caráter continuado e planejado, por período de tempo determinado, no qual há, a partir de vulnerabilidades, demandas e potencialidades apresentadas pelas famílias, a definição dos objetivos a serem alcançados, realizada de forma conjunta entre os profissionais e famílias.



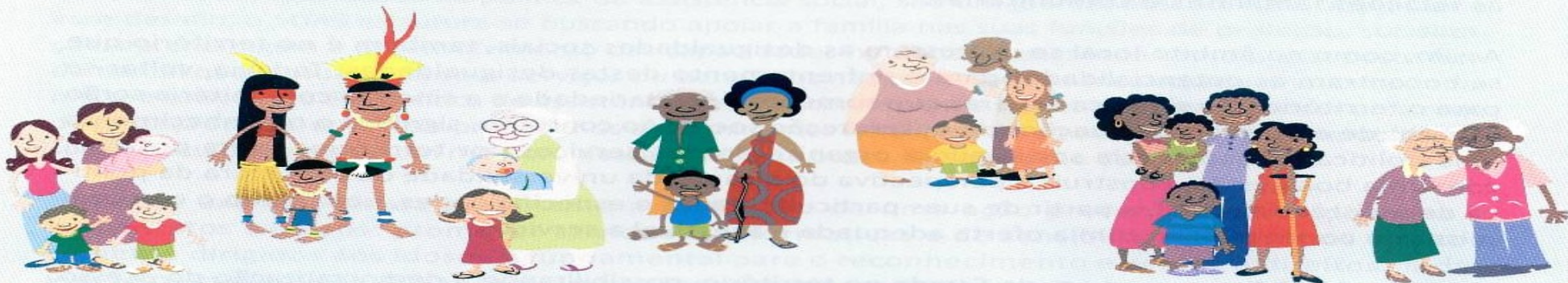
Tem como finalidade enfrentar as situações de vulnerabilidade social, prevenir a ocorrência de riscos e, ou violações de direitos, identificar e estimular as potencialidades das famílias e territórios, afiançar as seguranças de assistência social e promover o acesso das famílias e seus membros a direitos.

O acompanhamento familiar é um processo tecnicamente qualificado, executado por profissionais de nível superior, com base em pressupostos éticos, diretrizes teórico-metodológicas⁸, conhecimento do território e das famílias que ali residem e, no PAIF, pode ser: a) particularizado, se destinado a somente uma família ou b) em grupo, se dirigido a um grupo de famílias que vivenciam situações de vulnerabilidade ou têm necessidades similares.



Destaca-se que o acompanhamento familiar é um processo intrinsecamente ligado tanto às especificidades da família, quanto do território - os territórios expressam as formas de relacionamento social predominantes, que por sua vez são diretamente influenciados pelos contextos social, cultural e econômico do território.

É no território que se evidenciam as contradições da realidade: os conflitos e desigualdades que perpassam e re-significam as relações familiares e comunitárias.



Desse modo, o profissional responsável pelo acompanhamento familiar deve fazer uma leitura do território de vivência da família a ser acompanhada (inclusive a partir dos dados da vigilância social do município), buscando compreender quais as características, riscos, vulnerabilidades e potencialidades presentes no território impactam (ou podem impactar) na vida familiar, e cotejar com a leitura das próprias famílias, sobre o território.

O acompanhamento familiar particularizado prevê: a) a elaboração de um Plano de Acompanhamento Familiar



REUNIÃO DE EQUIPE



As reuniões de equipe tem como objetivo debater e solucionar os problemas identificados no trabalho, de natureza técnica-operativa ou de relacionamento interprofissional.

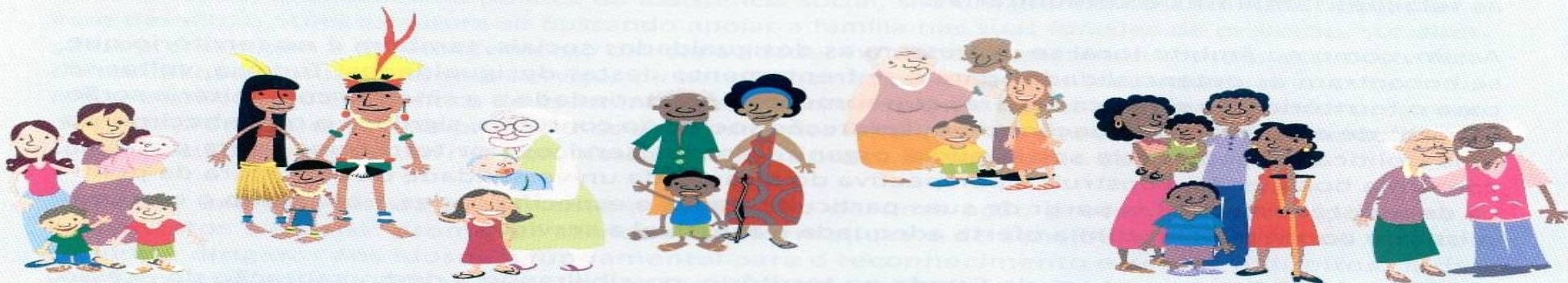
Dentre outros aspectos, estes momentos também devem ser utilizados para se avaliar e reavaliar as ações desenvolvidas na Unidade, para planejar e organizar atividades de atendimento, revisar instrumentos de registro utilizados e as sistemáticas de preenchimento, monitorar as ações e os resultados obtidos, reorganizar fluxos internos de trabalho, discutir e definir estratégias de articulação e de trabalho em rede, dentre outros aspectos.



Recomenda-se que nessas reuniões sejam elaboradas pautas com os assuntos que serão discutidos, para dar direção e objetividade ao encontro.

Também é importante o registro das discussões e dos encaminhamentos tomados em grupo, podendo ser anotados em ata, para que as decisões sejam monitoradas e possam subsidiar o planejamento das próximas reuniões.

Destaca-se a importância da participação de toda a equipe nas reuniões, com periodicidade semanal, quinzenal ou mensal. Estas reuniões devem ser institucionalizadas como atividade cotidiana e periódica.

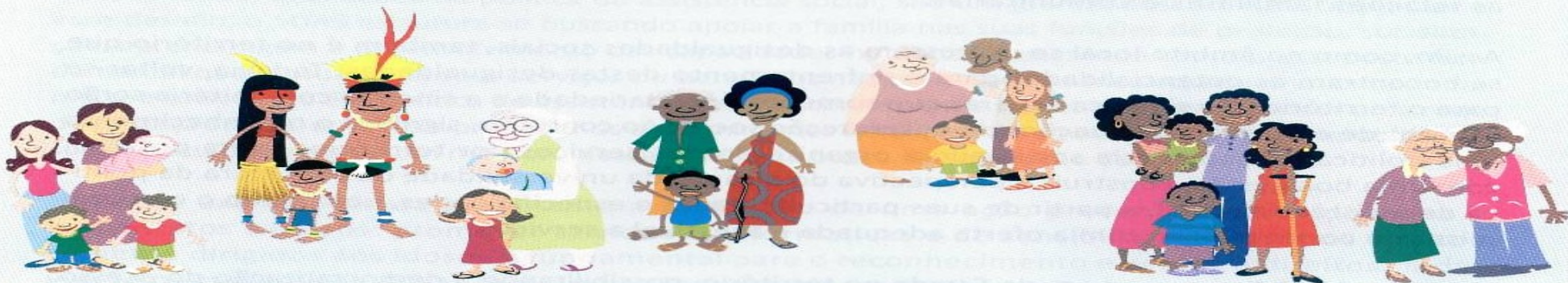


ESTUDO DE CASO



Estes momentos tem como objetivo reunir a equipe para estudar, analisar e avaliar as particularidades e especificidades das situações atendidas, de modo a ampliar a compreensão e possibilitar a definição de estratégias e metodologias de atendimento mais adequadas, além de serviços da rede que deverão ser acionados, tendo em vista o aprimoramento do trabalho.

Nessas reuniões, busca-se discutir determinados casos e situações em acompanhamento, sendo também um momento para que a equipe reavalie suas ações, dimensione os resultados do atendimento e redefina estratégias e procedimentos.



A periodicidade dos estudos de casos deve ser definida pela dinâmica do trabalho institucional da equipe e complexidade das situações atendidas.

Porém, é importante que sejam agendados previamente, para garantir a presença do maior número de membros da equipe da Unidade.

Essas reuniões também poderão incluir a participação de outros profissionais da rede que estejam acompanhando o caso. Nessa hipótese, deve-se planejar a atividade de forma mais criteriosa, de modo a evitar exposição desnecessária de informações e dos usuários atendidos..

